

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Marelaine de Ávilla Rodrigues

**Experiência de participação e reflexão sobre a prática em Inclusão Escolar na
Gestão Democrática**

PORTO ALEGRE
2015

Marelaine de Ávilla Rodrigues

**Experiência de participação e reflexão sobre a prática em Inclusão Escolar na
Gestão Democrática**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientador (a): Monique Robain Montano

PORTO ALEGRE
2015

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso integra o Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e apresenta uma análise das ações realizadas durante o Projeto de Intervenção, que teve como foco a inclusão escolar na gestão democrática escolar. O Projeto utilizou a metodologia da pesquisa-ação na perspectiva de Franco (2005) e Richardson (s.d), por este tipo de método propiciar a intervenção na realidade, enquanto a pesquisa se desenvolve, tendo sido realizada no período compreendido entre fevereiro e julho de 2015, em uma escola pública estadual, localizada em Gravataí. O Projeto de Intervenção teve como objetivos: Qualificar a prática pedagógica, refletindo sobre inclusão e as práticas pedagógicas que contribuem para que o aluno possa se desenvolver integralmente, respeitando suas especificidades; promover a gestão democrática na escola e elaborar um texto base sobre a temática abordada para compor a reescrita do Projeto Político Pedagógico da escola. Os principais autores que subsidiaram minhas análises foram: Cury (2007), Veiga (2013), Gandin (2015) Baptista (2011) e Mantoan (2015). A participação democrática dos docentes na reelaboração do Regimento Escolar, a construção de conhecimentos a respeito de inclusão foram relevantes resultados da intervenção realizada. Como aspectos significativos destaco a participação e o envolvimento demonstrado pelo grupo, na efetiva participação democrática. As limitações ocorreram pela dificuldade em conciliar o Projeto de Intervenção com a demanda de trabalho da pesquisadora, enquanto gestora da escola.

Palavras-chave: Gestão democrática. Inclusão, Projeto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	REFERENCIAL TEÓRICO	9
3	METODOLOGIA.....	15
4	AÇÕES ANALISADAS.....	20
4.1	A INCLUSÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DO PPP DA ESCOLA.....	20
4.2	A INCLUSÃO ESCOLAR E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	22
4.3	AVANÇOS E RECUOS PROVOCADOS PELA INTERVENÇÃO.....	25
5	CONSIDERAÇÕES	29
6	REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

A escola como parte da sociedade constitui-se num espaço de exercício de cidadania e de democracia, onde a participação de todos os segmentos que a constituem, tanto nas questões administrativas, de planejamento e pedagógicas, deve ser promovida, sem qualquer forma de discriminação ou exclusão. Os gestores escolares tem por função garantir a participação democrática, conscientizando para a democracia e promovendo o exercício da cidadania, construindo uma sociedade onde todos se reconheçam como partícipes, com condições plenas de desenvolvimento das potencialidades de todos os seres humanos.

Neste contexto desenvolve-se o presente trabalho de conclusão de curso que aborda a pesquisa realizada durante um Projeto de Intervenção (PI), em uma escola pública da rede estadual de educação, localizada na região central do município de Gravataí. A pesquisadora buscou analisar como a inclusão de alunos com deficiências vem ocorrendo, tendo a gestão democrática como princípio norteador das ações e das reflexões.

A referida escola foi fundada no dia 08 de maio de 1962 e atualmente funciona em dois turnos, oferecendo os anos iniciais do ensino fundamental com turmas de 1º ao 5º ano do ensino de nove anos de duração, atendendo cerca de 340 alunos. Por estar próxima ao centro da cidade recebe alunos oriundos de diversos bairros e de famílias com distintas situações econômico-financeiras, porém a maioria das crianças reside no entorno da escola.

A instituição possui salas administrativas conjuntas: secretaria e direção, vice-direção e supervisão e sala de orientação escolar, além de uma sala de atendimento educacional especializado. Outros espaços educativos e de lazer integram a instituição como: pracinha, biblioteca, laboratório de informática, refeitório e cozinha.

O corpo docente é composto por 27 professoras e 05 funcionárias, sendo a equipe diretiva formada por uma diretora e duas vice-diretoras, uma para cada turno de funcionamento da escola. Participam da gestão da escola os variados segmentos através dos órgãos representativos, como Círculo de Pais e Mestres (CPM) e Conselho Escolar. Embora a escola possua um histórico de ampla participação da comunidade, atualmente a equipe diretiva tem traçado estratégias para que a

participação continue ocorrendo, como por exemplo, oferecer alternativas de horários ou realizar várias reuniões com a mesma pauta.

Atualmente a escola vem sendo questionada quanto ao seu papel, suas funções e objetivos. Em tempos de transformação social a escola precisa se reinventar, analisar suas finalidades e as práticas pedagógicas. Para isso é preciso rever seus projetos e o PPP é o que define os rumos que a escola quer para si e para a sociedade.

O Projeto Político Pedagógico da escola (PPP) foi elaborado em 2001, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar. Ainda que desatualizado, contém aspectos que são pertinentes a atualidade, como a avaliação permanente e diagnóstica e a expressão dos resultados através de pareceres descritivos para todos os anos/séries.

Existem situações como a classe especial que está contida no PPP e não mais funciona na escola. A inclusão de alunos com necessidades especiais não é abordada no PPP, embora a escola possuísse alunos incluídos nas classes regulares.

A temática da inclusão entrou em discussão no país em 1994, pois com a Declaração de Salamanca, o Brasil e outros países passaram a preocuparem-se com o assunto, incluindo-o na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em 1996. A partir daí muitas discussões e normativas surgiram, mas na prática ainda ocorre muita desinformação e falta de estrutura para atender adequadamente a esses alunos.

Na escola onde a pesquisa foi desenvolvida a classe especial se manteve até o ano de 2013, quando ocorreu a inclusão de todos os alunos nas salas regulares, alguns deles com muitos comprometimentos. O início do processo de inclusão constituiu-se em angústias e expectativas, demonstradas tanto pelas famílias como pelos educadores.

Decorrido algum tempo, as professoras ainda externam sentimentos de impotência e angústia frente às dificuldades com que se deparam no cotidiano com crianças especiais. Percebendo a urgência de incluir a todos os alunos e buscar formas de tornar a escola realmente inclusiva, com práticas pedagógicas adequadas e que possibilite desenvolver as potencialidades de cada aluno, o projeto de intervenção contém a temática inclusão.

O atendimento educacional especializado na escola era feito pela Sala de Recursos, em funcionamento desde 1984 e que atendia alunos com deficiência visual, porém com a aposentadoria da professora responsável a oferta foi interrompida. Em 2011, ocorreu a transformação da Sala de Recursos em Sala Multifuncional, para atendimento educacional especializado aos alunos de inclusão, porém não temos profissional destinado a este setor. Também não contamos com monitor, embora tenhamos demanda por termos freqüentando as aulas um aluno que necessita de auxílio para a realização de higiene pessoal, auxílio na locomoção e alimentação. A família do aluno tem auxiliado na questão da higiene, mas na locomoção e alimentação são os professores de outros setores ou que realizam a função de monitor.

Assim sendo, ao desenvolver a pesquisa a intenção foi qualificar a prática pedagógica, refletindo sobre inclusão e os vários aspectos que contribuem para que o aluno possa se desenvolver respeitando suas especificidades.

No capítulo dois apresento a fundamentação teórica na qual embasei este trabalho, que foram Cury (2007) para refletir sobre a gestão democrática na educação, Veiga (2013) sobre a escola como um espaço de diversidade cultural, Gandin (2015) que aborda o planejamento para a gestão da educação, Veiga (2005) auxilia a pensar sobre o PPP e Gandin (2011) nos estudos sobre gestão democrática. Para refletir sobre inclusão busquei Baptista (2011) e Mantoan (2003).

No capítulo três apresento a metodologia utilizada que foi a pesquisa-ação, por entender que esse tipo de pesquisa permite a interação com o objeto pesquisado, no caso, a inserção da pesquisa no fazer reflexivo e refazer da ação da pesquisadora.

Complemento apresentando uma análise das ações realizadas, as aprendizagens do grupo e o contraponto entre o que deveria estar sendo oferecido aos educandos e o distanciamento com a realidade. No entanto, a inclusão dos alunos com deficiência nas classes regulares representou um acréscimo na aprendizagem e na socialização dos mesmos, além de benefícios para as turmas que os receberam por representarem o diferente e a grande oportunidade de desenvolver a capacidade de tratar a todos de forma justa e igualitária, respeitando, compreendendo e aceitando as diferenças que existem entre todos os seres, embora mais visíveis naqueles com síndromes.

O projeto aqui relatado resultou em importantes compreensões não somente sobre a inclusão, mas principalmente foi possível compreender a escola, os ideais e as ideias dos educadores que fazem a educação acontecer em suas possibilidades e impossibilidades. Refletindo sobre inclusão, sobre as práticas, sobre escola e educação refletimos sobre nós mesmos, nossas ações e nossas limitações. Ao refletir exercitamos a autocrítica e traçamos novos rumos para a escola e para nossa prática ressignificando a educação. A seguir apresento o referencial teórico que auxiliou a reflexão analítica que realizei nesta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção apresento os autores que embasam minhas reflexões sobre as temáticas abordadas neste trabalho, constituindo-se na base legal e teórica para as análises realizadas, tendo sido selecionados a partir da concepção de gestão democrática, por ser esta a linha orientadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar.

A Gestão escolar democrática exige a compreensão da escola como uma instituição social capaz de contribuir para a formação de cidadãos, ou seja, com uma função social. Democracia pressupõe participação e a participação educa e amplia a democracia. Essa participação na gestão escolar deve ser ampla e envolver todos os segmentos da comunidade escolar e local.

Na gestão participativa ocorre troca de experiências e ideias, permitindo o confronto de diferentes pontos de vista, gerando novas soluções e alternativas para os problemas. Cabe à equipe diretiva democratizar a sua gestão e implementar mecanismos de participação da comunidade, compartilhando ações e decisões.

No entanto, não estamos acostumados à participação democrática em nossa sociedade. Isso se reflete na democracia escolar com a dificuldade que encontramos em efetivar uma proposta democrática. Necessitamos realizar esse aprendizado: participar e permitir participação. Com esse aprendizado seria possível à superação de obstáculos e divergências através do diálogo, para conseguirmos objetivos comuns. Todos os membros da escola juntos formam um todo, sendo parte do processo e sujeitos de direitos que devem participar para qualificar a escola e a educação.

Nesta perspectiva, ou seja, de participação democrática, o gestor parte do pressuposto de que as instâncias democráticas como o conselho escolar, o círculo de pais e mestres, os grêmios escolares são partícipes da gestão. O diretor não detém o poder, mas sim o compartilha e amplia as formas de participação. Organizar e mobilizar a comunidade escolar constitui-se em um desafio para o gestor, mas imprescindível para garantir a gestão democrática. Cury (2007) ao tratar da Gestão Democrática, adota a seguinte perspectiva:

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, é a forma dialogal, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a

termo, um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam "cidadãos ativos" participantes da sociedade como profissionais comprometidos. (CURY, 2007, p.11)

Portanto, temos a gestão democrática nas escolas como promotor de cidadania, capacitando os sujeitos a se tornarem agentes de seu tempo, promotores de mudanças sociais, ao acompanhar, avaliar e interferir nos planejamentos e processos decisórios da escola, ampliando essa ação a outras dimensões de participação na sociedade.

De acordo com essa ideia o PPP da escola analisada estipula ao definir sua finalidade que "A Escola tem por finalidade proporcionar uma educação que leve o aluno a desenvolver-se como um todo, buscando formar cidadãos críticos, conscientes, capazes de interferir e transformar a realidade na qual estão inseridos".

A educação escolar, assim como a gestão, tem um aspecto político que deve estar em compasso com o Plano Político Pedagógico da Escola. O PPP é o documento no qual as discussões e definições das finalidades da educação e da escola estão descritas, de acordo com as resoluções da comunidade escolar, sendo ele o ponto de partida para as ações da escola.

A gestão da escola considerando as diversas dimensões que a constituem tem um caráter pedagógico, formativo de cidadania e participação, sendo um espaço privilegiado de aprendizagem democrática. Nela podemos encontrar formas de manutenção da sociedade ou de transformação social.

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários. Essa participação da comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico, na eleição para direção e na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola se torna mais efetiva.

A educação escolar há muito extrapola as questões exclusivamente curriculares, a começar pela quantidade expressiva de sujeitos que reúne e, por adição, tendo em conta a diversidade de cada um, com suas histórias, interesses e necessidades próprios, a escola revela-se um espaço dinâmico e dialético, em que processos de inclusão e exclusão, construção, negação e recriação, dentro do universo da cidadania, são experimentados. Isso significa que no cotidiano escolar todos os sujeitos precisam estar contemplados em suas necessidades e potencialidades. Veiga (2013) ao tratar da diversidade cultural afirma que

A escola é um espaço em que se desenvolvem as relações entre indivíduos de diferentes culturas e onde também ocorrem comportamentos, tradições, costumes, ideias, opiniões, valores, expectativas, anseios, rotinas, entre outros. (VEIGA, 2013, p. 160)

A inclusão escolar trouxe o sujeito com necessidades especiais e a urgência em entender e encontrar formas de atender pedagogicamente a esses alunos, considerando suas potencialidades e seu modo de aprender e que saberes se tornam necessários.

Professores e gestores foram desafiados a repensar suas práticas e buscam formas de mudança no sentido de proporcionar educação de qualidade a todos os alunos. A problemática pedagógica com a inclusão é tarefa sobre a qual se debruçam todos os agentes educacionais buscando soluções que proporcionem o aprendizado significativo. Para Veiga (2013) pensar as práticas pedagógicas exige que se vá além da constatação dos problemas

Compreender em profundidade os problemas postos pela prática pedagógica passa a ser uma exigência da gestão democrática. Nesse sentido, ela visa a romper com a separação entre concepção e execução, entre pensar e fazer, entre teoria e prática. Busca assumir o controle do processo de trabalho pelos professores, equipe técnica, funcionários e alunos. Sob essa ótica, a gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista a sua socialização. (VEIGA, 2013, p.162)

Além da estrutura de poder, algumas mudanças fazem-se necessárias, tais como currículo que precisa ser adaptado de acordo com a potencialidade do aluno. Outro fator importante para uma educação de qualidade refere-se à avaliação que deve ser processual, ou seja, o aluno precisa ser avaliado em relação a si mesmo e ao longo do processo de aprendizagem. Ao tratar da elaboração do planejamento Gandin (2015) reflete sobre qualidade política e qualidade técnica

Qualidade técnica é fundamental, pois sem sabermos “como” realizar nossos planos não podemos concretizar nossos ideais. Mas é fundamental, também, enfatizar a importância da qualidade política, ou seja, a clareza sobre os “para onde” e “para que”. (GANDIN, 2015, p.1)

Percebendo a necessidade da qualidade técnica, os professores buscam e se angustiam com a busca de estratégias que sejam adequadas a cada aluno em sua diversidade. A qualidade política talvez seja a grande indagação de quem se depara com alunos de inclusão, pois questionamentos mais comuns são para que e para onde ir com determinado aluno.

A educação é técnica, mas também é política, por isso a educação exige tanto de seus profissionais, que precisam estar sempre na busca de caminhos, de novas práticas, de novos saberes, ou seja, em constante ação-reflexão. A educação que também é política só pode ter sentido se for praticada em um contexto de direitos, onde o direito de todos seja respeitado e praticado. Educação no direito e para o exercício do direito, construindo a cidadania, ensinando e aprendendo no exercício de praticá-los. Todos tem o direito à educação garantida por lei e sendo implementado com a universalização de acesso, porém em alguns casos nem sempre os direitos são respeitados. Este é o caso dos alunos de inclusão que embora estejam matriculados na escola regular vêm seus direitos desrespeitados ao não terem os profissionais especializados atendê-los em suas necessidades. A especificação que ocorre ao surgir novos direitos, como é o caso da inclusão é abordada por Cury (2002)

A especificação acontece quando são reconhecidos novos direitos, como o de as crianças menores de 6 anos terem uma escola adequada à sua idade, ou quando se reconhece, ainda hoje, o direito de as mulheres, os jovens e adultos entrarem nas escolas. Aqui também é o caso dos portadores de necessidades especiais que, por alguma razão, se vêm prejudicados na sua locomoção ou audição ou qualquer outro problema, e passam a exigir um modelo próprio educacional, que atenda às suas peculiaridades. O direito à educação decorre de dimensões estruturais coexistentes na própria consistência do ser humano. (CURY, 2002, p. 261)

Se o direito a educação é inerente ao ser humano, ela é produto da consciência do sujeito, que precisa se reconhecer como sujeito de direitos. A educação tem o papel de desenvolver essa percepção, mas não poderá atingir esse objetivo em um ambiente excludente, onde alguns são marginalizados dos saberes por quem deveria garanti-los. Para Cury (2002) “Desse modo, a educação como direito e sua efetivação em práticas sociais se convertem em instrumento de redução das desigualdades e das discriminações e possibilitam uma aproximação pacífica entre os povos de todo o mundo”. Assim, a educação é importante elemento de igualdade social e de combate às discriminações, tornando a escola um ambiente onde as diferenças sejam compreendidas e respeitadas.

Um dos direitos que o aluno com necessidades especiais tem assegurado é o atendimento educacional especializado, que deve ser realizado nas salas multifuncionais, na escola de origem ou em outra instituição. A docência no AEE deve ser realizado por profissionais capacitados. Baptista (2011) ao se referir a

Resolução 04/2009 do CNE-CEB , no que tange a formação de professores ressalta que

No que se refere à formação do professor responsável pelo AEE, as indicações da referida resolução são bastante genéricas: “o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e a formação específica para a Educação Especial” (Art. 12). Pode-se supor que essa formação específica será bastante diversificada, considerando as potencialidades de formação e os quadros existentes nos diferentes estados brasileiros. (BATISTA, 2011, p.64)

Porém, para que o aluno de inclusão seja atendido com qualidade o professor de AEE precisa ter uma sólida formação, visto as especificidades de cada um e amplitude de síndromes com que irá se deparar no exercício de suas funções. Não somente o professor de AEE deve buscar formação constante, mas também o professor de sala de aula, pois todos na escola precisam deter conhecimentos atualizados para qualificar a prática educativa diversificando suas ações.

A formação continuada de professores está prevista na legislação educacional brasileira, inclusive o Plano Nacional de Educação (2014), na meta 16 sobre a formação de professores na educação básica garante a formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Decorre então o reconhecimento de que a formação docente é constante, com a necessidade de articulação entre formações inicial e continuada, bem como entre diferentes níveis e modalidades de ensino, com o objetivo de qualificar a educação pública e possibilitar a aprendizagem de todos.

A educação inclusiva constitui-se num desafio na rotina escolar e exige do professor uma capacitação contínua, que o auxilie a compreendê-la e planejar atividades significativas para todos os alunos. Para isso o professor precisa repensar sua profissão, Perrenoud (2000) ressalta essa importância.

[...] Como levar os professores habituados a cumprir rotinas, a repensar sua profissão? Não desenvolverão competências se não se perceberem como organizadores de situações didáticas e de atividades que tenham sentido para os alunos, envolvendo-os e, ao mesmo tempo, gerando aprendizagens fundamentais. (PERRENOUD, 2000, p.19)

Ao se apropriarem de conhecimentos e discutirem as questões referentes à inclusão os professores estarão promovendo a própria cidadania, apontando caminhos e possibilidades na educação. Através da educação democrática e de qualidade se poderá formar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, criativos e colaborativos, refletindo na sociedade o seu modo de estar, de pensar e de agir no mundo.

O aluno de inclusão precisa ter seu direito à educação de qualidade garantida, para que possa apropriar-se de conhecimentos sociais básicos para a sua autonomia. Resignificar as práticas pedagógicas é garantir direitos, direito de aprender, direito de viver. Ao se referir a uma escola para todos, sem discriminações de nenhuma espécie Mantoan (2015) ressalta

Ambientes humanos de convivência e de aprendizado são plurais pela própria natureza e, assim sendo, a educação escolar não pode ser pensada e realizada senão a partir da idéia de uma formação integral do aluno, segundo suas capacidades, talentos e de um ensino participativo, solidário, acolhedor. (MANTOAN, 2015, p.6)

Diante do embasamento teórico apresentado reafirma-se a opção pela metodologia utilizada, cujo conteúdo será desenvolvido no item posterior.

3 METODOLOGIA

Nesta seção do Relatório apresento a metodologia utilizada e teço algumas reflexões que fundamentaram minhas escolhas.

A opção pela metodologia da pesquisa-ação deveu-se ao fato de proporcionar a intervenção na realidade no decorrer da pesquisa, pois a pesquisa e a ação integram um processo intercambiável, no qual os achados são utilizados para transformar o objeto, a ser novamente analisado. Nesta transformação fundamentava-se o PI, ao propor que o gestor ao pesquisar promovesse a intervenção no PPP da escola.

Visando compreender a situação observada, refletir sobre ela e transformar a prática pedagógica, em um processo de participação democrática, pensei a pesquisa aplicando a metodologia da pesquisa-ação, pois conforme Santos (2007, p.57) “A investigação-ação apresenta-se como uma metodologia apropriada para se compreender a escola e as experiências profissionais que nela se realizam”.

Dessa forma entendi que o melhor caminho, para conhecer e ao mesmo tempo influir na realidade educacional e nos processos sociais e pedagógicos que nela se realizam, é aquele que proporciona uma ação na realidade. Neste sentido a metodologia da pesquisa-ação privilegia a escuta e a participação, pois como bem coloca Santos (2007):

A investigação-ação tem por propósito centrar a atenção e a observação no contexto do trabalho, privilegiando as opiniões, as atitudes, os comportamentos, e as ações dos sujeitos participantes, os quais enquanto colaboradores ativos não podem ser entendidos numa perspectiva descontextualizada, dado que sua natureza e seu significado estão intimamente ligados às suas ações e a forma como percebem e avaliam a realidade. (SANTOS, 2007, p.60)

Portanto, o diferencial da pesquisa-ação foi permitir não apenas observar, mas colaborar com a realidade em estudo, interagindo com os processos de conhecimento e de descobertas que iam sendo construídas e sobre as quais ocorreram a reflexão e a ação. A pesquisa ação é um processo de conhecimento e ao mesmo tempo um processo de mudança, focando a atenção tanto no processo de pesquisa, como com os produtos, com os efeitos dos projetos, mas também com as dinâmicas, as estratégias, os contextos, e as situações que configuram a realidade em estudo. O resultado da investigação transcendeu o conhecimento e

visou à transformação e o aprimoramento de uma realidade. Os pesquisados tornaram-se participantes do processo, e enquanto tais, atores, intervenientes, colaboradores e parceiros do conhecimento e mudança produzidos. Neste sentido cabe destacar as colocações de Richardson (s.d) quando este afirma que

Tal como o nome implica, a pesquisa-ação visa produzir mudanças (ação) e compreensão (pesquisa). A consideração dessas duas dimensões, mudanças e compreensão, podem dar uma importante contribuição na elaboração do projeto de pesquisa. Assim, as possibilidades de uso são muito grandes, desde um professor em uma pequena escola numa região afastada dos centros urbanos, até um estudo sofisticado de mudança organizacional com uma grande equipe de pesquisadores financiado por importantes organizações. (RICHARDSON, s.d, s.p)

Como a intenção do gestor democrático foi provocar a mudança e a participação de todos no projeto de pesquisa a ser desenvolvido e agir na prática através da compreensão da realidade e da reflexão sobre as possibilidades de transformação na educação e na sociedade, a metodologia escolhida, a pesquisa-ação, embora recente em relação a outros métodos de pesquisa, adequou-se ao permitir e mesmo exigir a participação democrática, a reflexão e a ação de todos, pesquisados e pesquisadores. A pesquisa-ação como processo de ação no desenrolar da pesquisa foi explicada por Franco (2005)

Para a pesquisa-ação se realizar, deve haver uma associação da pesquisa a uma estratégia ou proposta coletiva de intervenção, indicando-nos a posição de pesquisa inicialmente com ação de intervenção, que imediatamente passa a ser objeto de pesquisa. Assumimos também que pesquisa e ação podem estar reunidas num mesmo processo, reafirmando a questão da pesquisa com ação, que vai aos poucos sendo também ação com pesquisa. No desenvolver da pesquisa-ação, há a ênfase na flexibilidade, nos ajustes progressivos aos acontecimentos, fortalecendo a questão da pesquisa com ação. (FRANCO, 2005, p.14)

A pesquisa, ação e a transformação se entremearam, interpretando e interferindo no fazer objeto da pesquisa. E assim coletivamente pode-se produzir a mudança educacional necessária para termos uma escola que inclua a todos os sujeitos, com toda a diversidade e especificidade do ser humano.

É importante lembrar o que Tripp (2005, p.445) afirma quanto ao uso da pesquisa-ação em educação indicando que esta metodologia é: “[...] principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em

decorrência, o aprendizado de seus alunos [...]” Neste sentido foi esperado que, mesmo diante de algumas dificuldades, as reflexões permitissem o alcance do objetivo proposto no Projeto de Intervenção, ou seja, compreender o processo de inclusão num contexto de gestão democrática e contribuir com a formação docente para uma educação de qualidade para todos.

Na aplicação da pesquisa foram utilizados diferentes procedimentos envolvendo o segmento dos professores, tais como, reuniões, debates, formação de professores e observação de alunos de inclusão, sempre com a intenção de promover a participação democrática nos processos de planejamento e execução da educação. Para que a gestão democrática fosse efetivada e entendendo a escola como espaço social na qual se entrelaçam as diversas opiniões, perspectivas e visões de mundo e que enquanto democrático deve proporcionar a participação na gestão em todos os âmbitos, busquei realizar ações que propiciassem aos professores o envolvimento coletivo na reflexão sobre a prática, o diálogo entre os pares e o repensar a educação de forma compartilhada.

Como procedimento inicial, realizei uma reunião entre professores e equipe diretiva tendo por objetivo definir o foco do projeto. Para que o grupo compreendesse a intenção do trabalho expus oralmente o projeto de intervenção e a relação com o curso de especialização por mim realizado e que está baseado na gestão democrática da educação e na reformulação do Projeto Político Pedagógico de escola.

Com essa intenção promovi um estudo sobre o que consiste um Projeto Político Pedagógico, por ser este um instrumento teórico metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola de uma forma sistematizada, consciente e participativa. Como recurso utilizei a projeção de slides contendo excertos elucidativos retirados deste documento e a projeção na íntegra do mesmo.

Na sequência foi realizado um debate entre os docentes sobre as temáticas mais urgentes a serem revistas no PPP. A escolha da inclusão como prioridade foi unânime, pois os professores se encontravam em um momento de angústia e questionamentos, visto a inexistência de profissionais e serviços de apoio, como Salas de Atendimento Educacional Especializado e monitores.

Assim, a segunda ação que desenvolvi ocorreu no período entre 16/03 a 27/03 e consistiu na observação dos alunos de inclusão nos diversos espaços da escola, inclusive no recreio e na educação física, onde fica mais evidente a

qualidade da interação social da criança. A intenção foi analisar como estava ocorrendo à inclusão nos aspectos cognitivos e sociais, pois com o início do ano letivo e a troca de professoras notei que alguns alunos alteraram seu comportamento demonstrando estranhamento com a nova situação.

Foram observados todos os recreios durante o referido período, tanto no turno da tarde, como da manhã. Esta observação teve como foco seis alunos de inclusão, por serem os casos mais citados pelos professores. Os registros dos achados foram feitos através de diário de campo referente a cada aluno.

No dia 06/04 realizei uma reunião com os professores na qual ocorreu a distribuição de material para estudo, solicitando que houvesse a leitura dos mesmos. Os professores dividiram-se em grupos para lerem e debaterem os assuntos propostos, que versaram a respeito de legislação sobre inclusão e textos referentes a algumas síndromes. Após, em grande grupo apresentaram os registros dos pontos destacados no debate, para que os demais colegas se apropriassem do conhecimento. O material produzido foi armazenado para servir de subsídios para a elaboração do PPP.

Um dos materiais que utilizei para estudos foi as Diretrizes Curriculares Nacionais, nos capítulos sobre Educação Especial, Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Considerei estas temáticas fundamentais a serem abordadas no momento, embora não diga respeito diretamente à inclusão, aborda o trabalho pedagógico com a diversidade, portanto relevante para a inclusão de todos.

O procedimento seguinte ocorreu no dia 06/05/15, consistindo em uma reunião da equipe diretiva, com o objetivo de avaliar as ações realizadas e planejar as próximas estratégias a serem efetivadas. Inicialmente realizei uma exposição da atual situação da escola quanto ao número de inclusões e a forma como estava sendo conduzido cada caso. A seguir, discuti com a equipe a necessidade de monitoria e de professora capacitada para colocar em funcionamento a sala multifuncional e os benefícios que esses serviços de apoio representavam para alunos, professores e familiares. Como encaminhamento da reunião ficou estipulado

que a equipe solicitaria novamente a coordenadoria de educação os serviços de apoio à inclusão.

No dia 20/05, em uma reunião com os docentes propus a elaboração de texto base com o objetivo de reescrever o PPP quanto à temática inclusão. Realizei uma discussão com o grupo sobre os assuntos estudados e os aspectos que consideravam relevantes para integrarem o projeto político pedagógico, considerando as características da comunidade escolar e a escola que queríamos.

O próximo procedimento foi realizado no dia 24 de junho e consistiu em uma ação de formação de professores, através de uma palestra com professora especializada em educação especial, titular de uma Sala Multifuncional – AEE, pertencente à rede municipal de ensino e que foi convidada por indicação de uma professora do grupo que conhecia o trabalho por ela desenvolvido. A palestra foi assistida por todo o grupo docente da escola. A palestra conteve assuntos pertinentes à prática pedagógica com alunos de inclusão, especificidades de algumas síndromes relacionando com aspectos relevantes à escolarização, que foram apresentados em slides e debatidos com os professores. Tanto o grupo como a palestrante trouxeram exemplos de currículo adaptado colocando-os como subsídios, salientando que o planejamento precisa ser feito para cada aluno.

A próxima ação planejada para PI seria retomar a escrita do texto base do PPP, porém a mantenedora solicitou que fosse reelaborado o Regimento Escolar para ser entregue até o final de julho. Meu trabalho como gestora e as demandas da mantenedora foram imperativos para o adiamento da elaboração final do texto com a temática inclusão para a reformulação do PPP. Porém, os estudos e escritas coletivas realizadas durante a pesquisa fundamentaram o regimento da escola.

Na aplicação prática da metodologia de pesquisa foram realizadas várias ações e intervenções, que analiso a luz do referencial teórico na próxima seção.

4 AÇÕES ANALISADAS

Nesta seção apresento as análises das ações desenvolvidas no período de novembro de 2014 a julho de 2015, tendo como foco o tema da Inclusão e sua abordagem no PPP, Para melhor compreensão organizo em categorias de análise, inicialmente teço considerações sobre inclusão escolar no contexto do PPP da escola, a seguir abordo a inclusão escolar e a formação de professores e por fim os avanços e recuos provocados pela intervenção no contexto escolar.

4.1 A Inclusão escolar no contexto do PPP da escola

A análise do PPP da escola permitiu à pesquisadora e aos professores constatarem a defasagem do mesmo em relação à realidade atual, suscitando um debate quanto aos itens nele contidos, como por exemplo, níveis de ensino que não mais existem na escola, como a Educação de Jovens e Adultos e da classe especial. O fato de não estar inserida no PPP a temática inclusão logo foi salientada pelos professores, ao que relatei que explicitava outro momento educacional, em que os alunos com graves comprometimentos não eram inseridos nas turmas regulares, realizando uma retrospectiva de como ocorria o funcionamento da classe especial.

Os professores ressaltaram as dificuldades com a inclusão, principalmente por não estar em funcionamento, naquele momento, a sala de recursos multifuncional por falta de professora. A falta de monitores também foi citada como elemento de dificuldade para que a inclusão ocorresse a contento, sendo relatado o caso de um aluno que necessitava de monitor para realizar a higiene pessoal, para alimentação e locomoção. Alguns questionaram se a inclusão da forma como foi realizada possibilitou avanços para os alunos, o que levou o grupo a concluir que em alguns casos sim e em outros a turma foi prejudicada pela demanda da atenção da professora.

No entanto, a inclusão escolar não é novidade no Brasil, pois desde 1948 a Organização das Nações Unidas (ONU), da qual nosso país é integrante, traçou diretrizes com o objetivo de nortear as políticas públicas dos países-membros.

A Constituição Federal de 1988 apresenta artigos e incisos em que define como deve ocorrer a educação no Brasil. Ali está definido no artigo 205, a educação

como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, (BRASIL, 1988) estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Também na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o ECA, no capítulo IV, no artigo 53, do direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, estabelece que:

[...] a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. (BRASIL, 1990, p. 22).

Ao assinar a Declaração de Salamanca, em 1994, o Brasil comprometeu-se a alcançar os objetivos propostos, dentre eles, o de transformar os sistemas de educação em sistemas educacionais inclusivos. A mesma declaração propõe que: “as pessoas com necessidades especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capazes de atender a essas necessidades”. (UNESCO, 1994, p. 10).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996) estabeleceu, entre outros princípios, a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" e recomendou que a educação para "os alunos com necessidades especiais" ocorra, preferencialmente, na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996).

Assim, termos como Atendimento Educacional Especializado - AEE e acessibilidade, dentre outros, foram surgindo e em pouco tempo tornaram-se comuns em diálogos e debates sobre educação.

Apesar de a legislação prever a oferta de serviços de apoio necessários a inclusão, as mantenedoras tem se omitido em prover profissionais para os serviços de monitoria e para o funcionamento das salas de AEE.

A reflexão acerca do PPP e da temática inclusão escolar levou a constatação divergência entre o que ocorre na realidade e o que nele está contido, portanto à necessidade de reelabora-lo e de envolver os segmentos escolares nesta tarefa, pois se trata de uma construção coletiva. O PPP deve conter todos os

aspectos significativos para a prática educativa, além de projetar como a escola deve ser. Este documento é o que fundamenta e identifica a escola, consoante o pensamento de Veiga (2013)

O projeto político-pedagógico é o documento da identidade educativa da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas. Como proposta identitária, o projeto político-pedagógico constitui-se em uma tarefa comum do corpo diretivo e da equipe escolar e, mais especificamente, dos serviços pedagógicos (coordenação pedagógica, orientação educacional). A estes cabe o papel de liberar o processo de construção, execução e avaliação do projeto, contando com a valiosa participação de todos. (VEIGA, 2013, p.5)

Portanto, o PPP da escola além de mostrar como ela realmente é, com suas limitações, organização e funcionamento, deve abranger as possibilidades futuras e as aspirações de escola ideal da comunidade que lhe constitui, formando uma identidade coletiva. Para que essa identidade coletiva possa ser estabelecida torna-se necessário a participação de todos os segmentos, num exercício de gestão democrática. Tarefa complexa que requer atitude de análise, de reflexão e de investigação sobre o que se pretende em cada um dos aspectos que compõem o PPP, de inquietude diante de fazeres pedagógicos cristalizados, de reflexão sobre a própria prática e sobre as necessidades dos alunos e da comunidade escolar.

4.2 A inclusão escolar e a formação de professores

Durante o desenvolvimento da pesquisa alguns professores demonstraram conhecimento maior sobre as formas de manejo com crianças portadoras de necessidades especiais e sobre a necessidade de elaboração de currículo adaptado a cada um. Porém, outros demonstraram frustração por traçarem os mesmos objetivos para todos e terem expectativas que o aluno dificilmente poderia atingir. Sem apoio educacional especializado e sem o conhecimento necessário, os professores demonstraram suas dúvidas e impotências frente às síndromes dos alunos e as características cognitivas e comportamentais de cada um, relatando a dificuldade em fazer com que aprendam os conteúdos que estão sendo propostos.

Ficou evidente a necessidade de qualificação pedagógica e de atualização dos professores, pois se vive em contextos culturais e históricos em permanente transformação. A melhoria da qualidade de ensino não ocorrerá apenas com a

inclusão de todos no espaço escolar, pois é necessário que essa inclusão seja qualificada, o que só é possível com a formação do educador.

Para que possa realizar uma análise crítica de sua prática pedagógica e assim qualifica-la o educador precisa estudar constantemente, apropriando-se das teorias e discussões relativas aos temas que se apresentam como desafios. No entrelaçamento de teorias e fazer pedagógico reflexivo é possível se alcançar a educação de qualidade para todos.

Os professores pesquisados demonstraram esta conscientização, pois a solicitação de formação envolvendo o tema inclusão escolar ocorreu no desenvolvimento do primeiro procedimento, como encaminhamento da reunião na qual ficou estabelecida a prioridade para a reelaboração do PPP, a temática inclusão.

Contemplando não só a inclusão das crianças especiais, mas todas as demais que compõe a diversidade de sujeitos é necessário uma proposta curricular que considere as características, potencialidades e necessidades específicas dos alunos, portanto faz-se necessário repensar as ações pedagógicas realizadas na escola para que todos possam ter educação de qualidade. Ao refletir sobre o direito à formação plena Arroyo (2006) cita a necessidade de

(...) guiar-nos na organização dos currículos pela lógica dos educandos como sujeitos do direito à formação plena, respeitada a especificidade de cada tempo de vida pode significar reorganizar radicalmente o que ensinar e o que aprender a partir das contribuições das ciências sobre a especificidade desses processos em cada tempo de vida. (ARROYO, 2006, p. 75)

Os professores tem esse desafio frente à inclusão, planejar o que ensinar, o que é significativo a cada sujeito, respeitando a especificidade de cada um, no tempo de cada um aprender. Para isso é necessário formação e compreensão de que todo o educando é um sujeito de direitos plenos. Esta compreensão traduz a necessidade de reorganização curricular, considerando as especificidades do tempo de aprendizagem da criança que está sendo incluída na escola regular.

A solicitação de elaboração de currículo adaptado para os alunos surgiu durante os debates, tendo em vista considerarem ser este o aspecto mais urgente para o planejamento docente. Com esta deliberação dos professores ocorreu a alteração da pauta da reunião, que previa a escrita do texto para o PPP. Percebi ser

necessário investigar os conhecimentos prévios dos professores sobre currículo adaptado. Foi possível perceber que algumas não tinham nenhuma experiência no assunto e outras divergiam da forma como elaborar o documento. Algumas relataram que o profissional do AEE tinha essa competência e não a professora titular, enquanto outras realizavam em conjunto citando escolas em que atuam.

Diante da constatação de que era preciso mais estudo para elaboração de currículo adaptado a cada aluno, sugeri que buscássemos informações e que cada professora trouxesse exemplos de outras escolas nas quais trabalham ou trabalharam.

Também é papel do gestor e pressuposto da gestão democrática promover a participação e a socialização do poder. Sobre essa perspectiva Veiga (2006) pensa a gestão democrática

Sob essa ótica, a gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista a sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, da solidariedade e reciprocidade, da autonomia. Um dos caminhos para a construção dos processos participativos de gestão é, sem dúvida, problematizar o instituído com vistas a conceber e concretizar coletivamente novas formas democráticas de convívio escolar, que permitam a formação de pessoas comprometidas, cidadãos críticos e profissionais compromissados com os ideais de uma sociedade mais justa. (VEIGA, 2013, p. 4)

Cabe ao gestor escolar apoiar e promover a capacitação de recursos humanos dos profissionais de educação atuantes na escola no sentido da efetiva qualificação das práticas no ambiente educativo.

A participação dos educadores explicitou a necessidade de uma proposta curricular que assegure a flexibilização dos tempos e dos espaços na lógica da diversidade, da pluralidade, da autonomia e da criatividade, com vistas a uma efetiva aprendizagem dos educandos. Com essa percepção propus uma formação com palestrante especialista em educação especial, o que foi aceito de imediato por todos de forma muito positiva.

4.3 Avanços e recuos provocados pela intervenção.

O grupo docente, de forma muito positiva, demonstrou que estava unido na tentativa de buscar soluções pedagógicas para que a inclusão ocorra com aprendizagem significativa para o aluno.

Como aspecto positivo da pesquisa, destaquei a união do grupo em torno da escolha da temática de forma majoritária. Dentre os desafios para os próximos passos surgiu a busca por literatura que contemple a temática e suprir as carências e ansiedades sobre as síndromes e o desenvolvimento cognitivo e comportamental. Como encaminhamento o grupo apontou para a realização de estudos e formação específica sobre o tema da inclusão escolar, questionando a forma como a inclusão dos alunos especiais foi feita, que consideram de cima para baixo e repentino, embora esta seja uma discussão que tem sido feita há muitos anos.

Ao analisar a legislação educacional brasileira e documentos internacionais como a Declaração de Salamanca, percebe-se que a inclusão está contemplada, bem como os requisitos para o atendimento educacional de qualidade para todos. Frente aos desafios que a inclusão trouxe para os educadores e para escola os professores tendem ao senso comum e demonstram suas angústias e incertezas. Relatos das dificuldades com alguns alunos levaram ao planejamento da ação que consistiu em conhecer melhor quem eram os sujeitos da inclusão e como eles se integravam ou não ao grupo.

Por acreditar que a observação é um meio de verificação da realidade extremamente importante, optei por essa estratégia, explicada por Souza (1990)

Consiste na ação de perceber, tomar conhecimento de um fato ou acontecimento que ajude a explicar a compreensão da realidade objeto do trabalho e, como tal, encontrar os caminhos necessários aos objetivos a serem alcançados. É um processo mental e ao mesmo tempo técnico. (SOUZA, 1990, p.184)

Este estranhamento é mais acentuado em crianças dos anos iniciais, como é o caso de nosso alunado. Algumas professoras também demonstravam dificuldades em integrar a criança na turma e em algumas turmas os próprios colegas rejeitavam o diferente.

Foi possível perceber que a inclusão dos alunos oriundos de classe especial, que funcionou na escola até 2013, superou as expectativas quanto à adaptação em

salas regulares, por estarem, em sua grande maioria, interagindo significativamente com o grupo e demonstrando progressos no desenvolvimento afetivo.

Porém, observei que alguns ainda rejeitam o colega diferente, enquanto alguns se afastam da criança, outros realizam alguma tentativa de brincar, porém sem grande persistência. Algumas crianças são aceitas no grupo enquanto estão calmas e com comportamento contido, porém ao se desestabilizarem provocam reações de estranhamento nos colegas, que reagem se afastando e mudando de brincadeiras e de grupos.

Nas salas de aula percebi a dificuldade das professoras em trabalhar adequadamente com as inclusões, principalmente com os alunos com síndromes mais severas e, em alguns casos, certa rejeição pela criança.

Conversei com alguns professores sobre a necessidade de que todos na escola se sintam acolhidos e que temos como objetivo promover o desenvolvimento social da criança, integrando a todos de forma a que se sintam realmente inseridos, participantes na turma de forma igualitária como é direito de todos.

Solicitei que a supervisora da escola fornecesse. Um dos avanços observados foi o envolvimento dos professores na busca por conhecimento sobre as características das síndromes dos alunos, inclusive solicitando material específico para estudo. Com essa demanda a supervisão forneceu subsídios aos professores, sugerindo atividades que favoreçam a socialização e a integração social e afetiva de todos, bem como orientou aos professores quanto às características e necessidades de cada um, para que pudessem planejar atividades que proporcionem crescimento considerando as especificidades de cada um.

O ponto negativo nesta etapa foi o desinteresse na leitura demonstrada por algumas professoras ao receberem o material, pois, assim como muitos alunos, preferiam ter recebido o material sintetizado. Percebendo a dificuldade encarreguei à supervisora de pontuar alguns aspectos nos textos organizando e direcionando os estudos.

Com o olhar mais aguçado para as problemáticas decorrentes da inclusão procurei buscar subsídios para embasar a solicitação de recursos humanos para reativar a sala multifuncional da escola e o serviço de monitoria. Assim, no período de 27/04/15 a 30/04/15, em parceria com a vice-diretora, realizei uma análise da situação legal da sala de atendimento multifuncional, quanto à autorização de funcionamento e de documentos a ela referentes. O material encontrado foi

organizado, bem como todos os recursos pedagógicos conferidos de acordo com as documentações de recebimento.

Em uma reunião na Coordenadoria de Educação expus a situação dos alunos de inclusão e a necessidade de efetivar o atendimento na sala de AEE, porém houve um entendimento de que não havia autorização de funcionamento do serviço. Esta interpretação divergente dos documentos apresentados pela escola foi mais tarde esclarecida, pois diferentemente de outras escolas ocorreu apenas a transformação da sala de recursos em sala multifuncional.

No decorrer de todo o desenvolvimento do PI solicitei inúmeras vezes à assessoria de Educação Especial da mantenedora os recursos humanos para que os alunos tenham cumprido seu direito a uma educação de qualidade com atendimento educacional especializado e monitoria para inclusão, pois é direito do aluno pelas peculiaridades cognitivas e comportamentais.

A avaliação realizada considerou relevantes os estudos proporcionados e a preocupação e esforço que os professores demonstraram na busca por conhecimentos que qualifiquem a prática pedagógica.

Como aspecto positivo destaco a união da equipe diretiva com o objetivo de buscar formas que propiciem uma educação de qualidade para todos, colocando-se a disposição para auxiliar os professores e atender os alunos de inclusão quando necessário. Outro aspecto relevante foi à disposição do grupo para a reelaboração do PPP, partindo da temática da inclusão.

O aspecto negativo foi a constatação de que o caminho a percorrer ainda estava incerto e longo, pois o currículo adaptado já deveria estar sendo planejado desde o começo do ano letivo. Porém, o grupo demonstrou crescimento ao solicitar a ampliação dos estudos pela constatação de que havia necessidade urgente.

Importante ressaltar o interesse demonstrado pelos docentes durante a palestra, assistindo e participando com propriedade dos assuntos trabalhados. Os educadores buscaram subsídios para que o aprendizado seja acessível aos diferentes sujeitos que convivem na escola e a valorização da potencialidade de cada um, visando o crescimento como pessoa e cidadão.

O processo de participação na gestão passa pela formação continuada de todos os segmentos da escola. Isso se torna possível quando se aposta em um projeto de construção coletiva. A participação de todos tornou possível a reelaboração de importante documento orientador da prática, consoante com a

pluralidade e diversidade da escola e base para a cidadania, que nos compete, como educadores e gestores formar, sendo princípio da educação pública.

A seguir teço algumas considerações ao refletir sobre a pesquisa e a intervenção realizada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção teço algumas considerações a respeito da intervenção realizada e as possibilidades, aprendizagens e dificuldades encontradas durante o trajeto.

A execução das ações do PI propiciou o estudo e a análise da forma como a inclusão vem ocorrendo na escola, não somente para a pesquisadora, mas para todo o grupo que refletiu e reformulou práticas, saberes e fazeres, necessários para que a escola se torne realmente inclusiva. Na pesquisa ação desenvolvida os objetivos foram alcançados, pois ao pesquisar as ações foram sendo executadas em consonância, partes de um mesmo processo de observar, interferir, refazer a realidade, com o objetivo de atingir a transformação pretendida.

A pesquisa tornou possível a pesquisadora e aos demais educadores o reaprenderem constantemente com ações individuais e em grupo. Sem o ensinar e o aprender, o reaprender e reensinar a tarefa educativa não será cumprida a contento.

A inclusão da diversidade nas escolas depende da gestão democrática e da participação de todos, por ser uma tarefa que a comunidade escolar precisa executar, reafirmando ações que passam pela acessibilidade dos espaços, pelo direito a educação de qualidade, direito ao trabalho e a vida em sociedade. A forma de se firmar um compromisso da escola com a inclusão implica planejamento e gestão democrática, dando lugar e sentido às ações apontadas pelas diretrizes do Projeto Político Pedagógico.

A participação compromete pessoas com uma ideia, uma prática libertadora, transformadora. A participação forma cidadãos e os torna capazes de exigir seus direitos e cumprir com seus deveres, transformando-se o sujeito a sociedade será também transformada, tornando-se mais justa e igualitária em sua diversidade. Uma sociedade onde todos sejam respeitados e onde as escolas sejam instituições abertas a todos os alunos, ou seja, uma escola realmente inclusiva.

A pesquisa promoveu a participação dos docentes na gestão da escola e no planejamento do que será a educação, refletindo sobre os avanços e entraves, as dificuldades encontradas e os desafios com que a educação se deparou. As análises realizadas, as reflexões e sugestões tornaram possível a reelaboração não do PPP como era intenção, mas do Regimento Escolar. Com o grupo mobilizado partiremos

para a próxima fase, reconstruir o PPP e por em prática os estudos realizados e conhecimentos adquiridos.

A dificuldade na execução da pesquisa foi conciliar a demanda de trabalho burocrático com as exigências do curso de gestão escolar e do desenvolvimento do próprio projeto de intervenção. Além disso, reunir professores nem sempre é fácil, mas os docentes da escola aderiram à proposta e trabalharam muito auxiliando a concluir a pesquisa e reelaborar o Regimento Escolar.

Para mim, a principal aprendizagem foi conhecer melhor meu próprio grupo de trabalho e participar dos momentos de aprendizado que foram significativos para todos nós. A gestão democrática foi vivenciada e a semente da participação plantada nos docentes da escola. Porém, a participação é uma prática a ser efetivada no dia-a-dia, dentro e fora da escola, implicando em uma mudança cultural, que leve a formação de cidadania e a conscientização do sujeito como sujeito de direitos e deveres.

A importância da gestão democrática escolar está na possibilidade de ampliar a participação para a sociedade, formando sujeitos capazes do exercício pleno da cidadania. É a escola formando para e na cidadania, cumprindo seu papel fundamental de formar o sujeito capaz de transformar a sociedade.

Ao concluir este trabalho contabilizo muitos avanços, entre eles, a escola conseguiu que fosse designado o profissional para colocar em funcionamento a sala de recursos multifuncional. Outro avanço significativo foi a disposição do grupo para reuniões de estudos e formação, que a escola continua promovendo, tais como Neurociência e aprendizagem, desenvolvimento da consciência fonológica e alfabetização e dificuldades de fala, além de um diálogo com uma psicóloga sobre as angústias dos professores e as possibilidades e impossibilidades da profissão docente. Os estudos continuam acontecendo e a ação em conjunto de todos tem sido bastante produtiva.

A construção da gestão democrática é uma reconstrução da realidade cotidiana da escola, garantindo direitos, igualdade e conhecimentos, tornando a escola um espaço de cidadania e de justiça social.

No entanto, o caminho a percorrer é longo e cheio de percalços, mas acredito que com o trabalho compartilhado a escola esteja comprometida com a qualidade social e formando sujeitos aptos a exercerem a cidadania.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Os educandos, seus direitos e o currículo. In: Indagações sobre o currículo.** Brasília: MEC-SEB, 2006, p. 75.
- BAPTISTA, Claudio Roberto. **A ação pedagógica e a educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, p.59-76, Maio-Ago., 2011. Edição Especial
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. Lei 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 13 jul. 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN 9394, de 20 de dezembro de 1996.
- CURY, Carlos A. Jamil. **Direito à Educação: direito à igualdade, direito à diferença.** Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002, p.245-262.
- CURY, Carlos A. Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação.** RBPAAE, v. 23, n. 03, set-dez/2007, p. 483-495
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha, 1994.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.
- GANDIN, Luis Armando. **Projeto Político Pedagógico da Construção Coletiva do Rumo da Escola.** Disponível em:
<http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/46/PPGE/Textos_Unidade_3/PPGE_-_UNIDADE_3_-_Projeto_Politico-Pedagogico_-_construcao_coletiva_do_rumo_da_escola.pdf> Acesso em: 25.mar.2015.
- <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>Acesso em 14/12/2015
- MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão escolar – o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.
- PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como fazer pesquisa-ação?** s.d. Disponível em:
<http://www.ic.ufmt.br:8080/c/document_library/get_file?p_l_id=12683&folderId=53266&name=DLFE-2406.pdf> Acesso em: 04.nov.2014.

SANTOS, Belmira Rodrigues Almeida. **Comunidade escolar e inclusão: quando todos ensinam e aprendem com todos**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A escola em debate. Gestão, projeto político-pedagógico e avaliação**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 12, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>